

Aos oito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 14h e 30min, realizou-se a 99/92 - Reunião Ordinária do Conselho Diretor do COMITESINOS, em sua sede na UNISINOS, São Leopoldo. Na ausência justificada da presidência do COMITESINOS, a reunião foi coordenada pela Secretária Executiva, Viviane Koch, que contou com o apoio da Conselheira Vera Lúcia De C6, da CORSAN e da presença dos conselheiros, conforme ata, anexa.

A Seco Executiva, ao dar início à reunião passou a palavra à Seco Administrativa, Mara Medeiros, que fez a leitura da ata nº 08/92, do C.D., colocou-a em discussão e aprovação. A ata foi aprovada sem retificações e assinada pelas Sec. Executiva e Administrativa.

O segundo assunto da pauta, apresentação do relatório da Avaliação da Contabilidade, foi feita pelo Engº Arno Kayser. Num breve comentário, Arno informou que não fora observado qualquer irregularidade na contabilidade do Comitê, referente ao balancete do período de 01/março/91 à 28/fevereiro/92. Arno disse que a avaliação fora realizada na sua presença, da Seco Executiva e dos conselheiros Arildo José de Almeida e Vanderlan Carvalho de Vasconcelos. Que a verificação constara de manuseio da documentação comprobatória dos pagamentos efetuados para manutenção das secretarias (honorários e encargos sociais), eventuais diárias e passagens de deslocamento das mesmas. A propósito do assunto tratado o conselheiro convidado - Jaime Rodrigues, da Pref. Municipal de Porto Alegre, perguntou sobre os recursos que o Comitê dispunha no momento, para manutenção da sua estrutura administrativa. Viviane informou que a situação financeira do Comitê, desde sua criação, sempre fora problemática, e que dos 17 milhões existentes em julho de 92, parte haviam sido utilizados para pagamento de despesas relativos aos últimos 3 meses e que os recursos ainda disponíveis somente cobririam as despesas de honorários e leis sociais, relativas ao mês de outubro/92. Após o esclarecimento, o Conselho Diretor entendeu que a situação financeira tornara-se novamente crítica. Os conselheiros Arno e Jaime apontaram, os 48 milhões da lei orçamentária do Estado, como sendo uma solução para sanar as dificuldades financeiras do Comitê, mas, diante das diversas tentativas infrutíferas de sensibilizar o Diretor-Presidente da FEPAM para a liberação dos mesmos, pouco poderia ser feito a não ser lamentar pelo descumprimento da lei. Foi sugerido que os conselheiros, através de suas instituições, fizessem pressão junto a

Direção daquela Fundação, para que houvesse o repasse dos recursos. A discussão sobre a questão da FEPAM foi estabelecida na medida em que foram sendo apontados os diversos conflitos existentes.

Concluindo o Conselho recomendou: 1º) que o Comitê descartasse temporariamente a possibilidade de receber os recursos através da FEPAM, por se tratar de uma situação muito particular, de má vontade política do seu Diretor-Presidente e, somado à essa atitude,

"a existência de imperfeições no Estatuto do Comitê, no que se refere ao recebimento de recursos diretamente do Estado, o que tornava o assunto juridicamente discutível. Ainda, foi julgado em vão todo o empenho exercido pelo Presidente Walmir Martins, pelo Prof. Cláudio Marques, da UNISINOS, pelo Seco Executivo do CONRIRGS, pelo Seco Planejamento Territorial e Obras do Estado e outros conselheiros; 2º) que fosse descartada a iniciativa de pressão ao Diretor-Presidente da FEPAM, através das instituições membros do C.D., porque seria difícil de conseguir o apoio das direções em curto tempo; 3º) que o Comitê buscasse alternativas de obter recursos para cobrir as despesas até o final do ano, contando com o apoio de algumas prefeituras da região; 4º) que o Comitê informasse aos Deputados Atal6bio Foscarini e Waldir Schmidt, (ambos prefeitos eleitos para as prefeituras de Novo Hamburgo e São Leopoldo, respectivamente) sobre o descumprimento da lei orçamentária, apresentada por eles; 5º) que fosse resgatado o papel do Presidente e Vice-Presidente, nesta questão de natureza crítica financeira,

com o propósito de conseguir contribuições para as despesas até o final do ano, e de montar uma estratégia de envolvimento dos novos prefeitos eleitos dos municípios da bacia Sinos.

Dando continuidade à reunião, foi apresentado o conteúdo da correspondência emitida pelo Diretor-Presidente da FEPAM aos Prefeitos dos Municípios que integram a bacia Sinos, onde Luciano Marques buscava justificar o não repasse de recursos para o COMITESINOS. A correspondência, interpretada pelos membros da Comissão Técnica como sendo uma tentativa de induzir a formação de juízo contrário ao dever de cumprimento da emenda, foi amplamente contestada pelo C.D. e recomendado que o COMITESINOS buscasse orientação junto ao Conselho da FEPAM, sobre as medidas a serem tomadas, visando o esclarecimento dos prefeitos sobre o assunto. O 3º assunto, foi apresentado por Vera Lúcia, membro do Grupo de Coordenação da Rede de Monitoramento que entregou aos conselheiros cópias do comentário feito sobre o índice da Qualidade da Água-IQA relativo ao mês de julho/92. Vera salientou que a alta pluviosidade, evidenciada pelos altos valores de turbidez encontrados, implicara na atenuação das características locais, acarretando uma certa homogeneidade nos IQAs de todas as estações de amostragem do rio dos Sinos: classificados como regular. Ainda, ressaltou que os metais pesados analisados estiveram abaixo dos padrões, à exceção do mercúrio nos pontos Si05 e Si10, que haviam superado o valor recomendado em 34% e 81%, respectivamente. Eduardo Lanna, do IPH, questionou se os valores do mercúrio seriam motivo de preocupação para a comunidade. Paulo Marcos Alves, do DMAE, membro do Grupo de Monitoramento, explicou que esses valores correspondiam a uma ocorrência isolada em 3 anos de monitoramento, e que o Grupo de Coordenação daria atenção aos valores do mercúrio, nos meses subsequentes. Vera Lúcia informou que a FEPAM pretendia fazer um levantamento sobre o uso agrícola, naquele período. Eugênio Hakcbart, comprometeu-se em buscar informações através da Prefeitura de Rolante quanto a possível ocorrência de uso indevido de defensivos agrícolas.

~aprovara o Convênio da Rede Integrada e sobre a proposta do COMITESINOS encaminhada ao Pró-Guaíba para integrar o monitoramento global dos rios Gravataí, Sinos, Jacuí, Cai e Guaíba. O Conselho Diretor, representado em sua minoria, concluiu que na reunião a ser realizada no dia 13 de outubro, às 14hs na Secretaria Executiva do Pró-Guaíba, fosse levada a indicação de manutenção dos resultados alcançados pela rede Sinos, através dos membros do Grupo de Coordenação do Monitoramento, e reforçada pelas presenças dos conselheiros Arno Kayser e Eduardo Lanna. O 6º assunto, andamento do Programa de Ação Guajuviras foi apresentado por Viviane que informou sobre os resultados dos encontros já realizados pelo Grupo de Trabalho. No dia 28 de setembro, o Grupo apresentara o 1º relatório oficial; agendara visita ao conjunto habitacional em Canoas, para verificar as condições sanitárias. Viviane informou que o representante da FEPAM, integrara-se ao Grupo, mas que o representante da Pref. da Canoas, ausente em todas as reuniões já realizadas, demonstrara pouco interesse em participar da ação. Dado ao avançado da hora, o 7º assunto, esclarecimentos sobre a proposta de lei sobre o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, foi transferido para a próxima reunião do C.D. O Prof. Antônio E. Lanna, foi referendado pelo C.D. para apresentar a Experiência Si nos e Gravataí no tema da Mesa Redonda: Colegiados de Bacias Hidrográficas, dentro da programação do 11 Seminário Nordeste de Recursos Hídricos, a ser realizado no período de 22 a 23 de outubro, na Bahia. Dentro dos assuntos gerais, Arno Kayser, Coordenador da C.T.E.A., informou que o resultados dos cursos de Educação Ambiental realizados em E. Velha e portão, estavam superando as expectativas do Grupo. E que a Seco Mun. Educação de Novo Hamburgo estava empenhando esforço junto a algumas autoridades em Brasília, para que parte dos recursos do PADCT, fossem liberados, para que o COMITESINOS pudesse dar continuidade ao trabalho. A Seco Executiva informou que havia sido enviado Projeto do Boletim Informativo ao PADCT/MEC, com vistas a ter uma autonomia financeira a médio prazo, para as próximas edições do boletim do COMITESINOS.

Informou também que havia recebido denúncia da ASCAPAN, através de correspondência datada de 14/set/92. Após a leitura da mesma, a Seco Executiva disse que o assunto já tinha sido tratado na C.T. e que correspondências à FEPAM e ao IBAMA haviam sido encaminhadas para que medidas fossem tomadas. E que a resposta enviada à ASCAPAN havia sido no sentido de esclarecimento sobre as atribuições do COMITESINOS, neste caso. Finalizando a reunião, Viviane informou sobre a data da próxima reunião do C.D. agendada para o dia 12 de novembro. Não havendo nada mais a constar, lavrei'a presente ata que será assinada pelo Presidente e por mim, depois de lida e aprovada.

são Leopoldo, 12 de novembro de 1992.